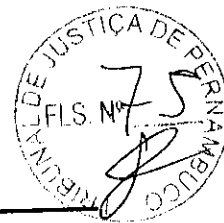




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0204497-3

COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES – 2ª VARA CRIMINAL

001

IMPETRANTE: ARNALDO DELMONDES OLIVEIRA E OUTRO

PACIENTE: PAULO JOSÉ DA SILVA

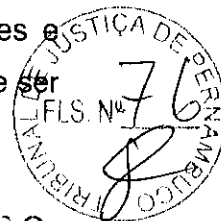
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. DISPARO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO PELA AUTORIDADE APONTADA COATORA. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PERICULOSIDADE DO PACIENTE NÃO CONFIGURADA CONCRETAMENTE. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. **DECISÃO – À UNANIMIDADE DE VOTOS CONCEDEU-SE A ORDEM.**

1. A periculosidade capaz de fundamentar a manutenção da restrição da liberdade é aquela concretamente demonstrada. Hipótese não configurada no caso em tela.
2. Não preenchidos os requisitos autorizadores da prisão preventiva, deve-se conceder ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade.

dad1

3. A circunstância de ser o paciente primário, portador de bons antecedentes e com residência fixa não afasta, por si só, a manutenção da prisão, mas deve ser valorada quando inexistentes os motivos da decretação da ordem constritiva.



**ACÓRDÃO**

002

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 0204497-3, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conceder a ordem, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
**Presidente e Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0204497-3

003

COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES – 2ª VARA CRIMINAL

IMPETRANTE: ARNALDO DELMONDES OLIVEIRA E OUTRO

PACIENTE: PAULO JOSÉ DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

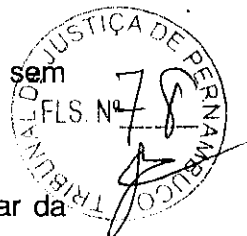
RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado pelos Bacharéis Arnaldo Delmondes Oliveira e Marconi Valadares Cordeiro em favor de **PAULO JOSÉ DA SILVA**, no qual apontam como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Na inicial deste *mandamus*, contam os impetrantes que, em 22/11/2009, policiais militares, chamados para apaziguar uma briga de família, prenderam e autuaram em flagrante o ora paciente por disparo de arma de fogo. Ressaltam os bacharéis que o paciente negou, na polícia, as acusações que lhe eram feitas, já que não estava armado e tampouco chegou a efetuar disparos com a arma. Salientam os causídicos que, mesmo diante da negativa de todos os ouvidos, a Polícia Civil não encaminhou o autuado ao Instituto de Criminalista para que fosse feito o laudo pericial a fim de constatar se havia ou não resquícios de pólvora na mão do paciente.

Com esse relato, alegam os bacharéis que o MM juiz *a quo* deixou de apreciar o pedido de liberdade provisória do paciente tão somente por não ter informação do registro da referida arma, mantendo-o na prisão apesar de ele preencher todos os requisitos para concessão da liberdade provisória. Destacam

ainda os impetrantes que o paciente é trabalhador, com residência fixa e sem passagem pela polícia.



Com esses argumentos, requerem os impetrantes a concessão liminar da ordem para que fosse expedido o competente alvará de soltura em favor do paciente.

004

Juntaram documentos de fls. 06/45.

A liminar foi indeferida às fls. 52/53.

As informações de estilo foram prestadas à fl. 60.

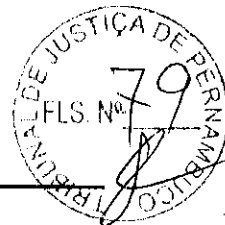
A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 68/71, opinou pela concessão da ordem.

**É O RELATÓRIO.**

A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0204497-3**

**COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES – 2ª VARA CRIMINAL**

005

**IMPETRANTE: ARNALDO DELMONDES OLIVEIRA E OUTRO**

**PACIENTE: PAULO JOSÉ DA SILVA**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

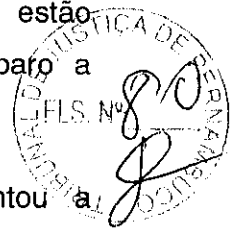
Sr.(a) Procurador(a).

Compulsando os autos, extrai-se que o paciente, preso em flagrante, foi denunciado como incurso nas penas do art. 15, da Lei nº 10.826/03, tendo seu pedido de liberdade provisória denegado pela autoridade apontada coatora, que entendeu pela decretação da sua prisão preventiva.

Analisando o despacho que indeferiu o pedido de liberdade provisória e decretou a prisão preventiva do ora paciente (fls. 61/62), verifica-se que o juiz *a quo* fundamentou a necessidade da segregação cautelar para assegurar a aplicação da lei penal. Em sua decisão afirmou o magistrado que o paciente é considerado pessoa perigosa pela própria família e que, no inquérito, há indícios de que ele não tem controle emocional. Asseverou ainda que o paciente é pessoa despreocupada com a vida e que não é prudente libera-lo neste momento processual antes de ouvir as testemunhas, inclusive, a vítima, que é sua vizinha.

Como se sabe, para justificar a segregação cautelar é imprescindível a prova da materialidade delitiva, indícios da autoria e ainda, a presença dos pressupostos da prisão preventiva previstos no artigo 312, do Código de Processo Penal.

Após detida análise dos autos, entendo que no caso em tela não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, merecendo reparo a decisão que denegou a liberdade provisória ao paciente.



Conforme já explanado, a autoridade apontada coatora fundamentou a necessidade da segregação cautelar para assegurar a aplicação da lei penal, afirmando que o paciente é considerado perigoso pela própria família e que existe indício de descontrole emocional.

006

É cediço que a periculosidade apta para manter a constrição da liberdade é aquela concretamente comprovada, o que não vislumbro na hipótese dos autos.

Diversamente do que entendeu o magistrado *a quo*, diante dos relatos dos familiares não há como concluir que o paciente se trata de pessoa perigosa e descontrolada emocionalmente. Na cópia do auto de prisão em flagrante juntada às fls. 12/16 deste *mandamus*, a testemunha Tássia Danielle Dantas, nora do paciente, esclarece o ocorrido. Diz a nora do paciente *"Que, ela declarante, por volta das 13:00hs de hoje, ouviu três estampidos; Que, naquele momento correu com o seu filho e adentrou à casa de sua vizinha, pois pensou que se tratavam dos fios da rua encostando um no outro e dando estouros; Que depois de algum tempo veio a saber que um fio elétrico teria caído e estava no chão; Que, tendo em vista uma confusão que se arrasta desde o dia de ontem, envolvendo a declarante e o seu sogro, Sr. PAULO JOSÉ DA SILVA, o qual possui uma arma de fogo(revólver), e estava naquele momento muito exaltado, a declarante resolveu chamar a polícia; Que, apenas tem conhecimento que seu sogro tinha uma arma, mas nunca o viu portando arma de fogo, Que não presenciou seu sogro efetuando nenhum disparo de arma de fogo, apenas "ouviu" tiros, não sabendo dizer de onde partiu (...)".*

Em seu depoimento na Delegacia o paciente confirmou a discussão com a nora e contou que isso motivou o seu filho a localizar a arma e escondê-la, guardando-a no quintal, sobre a laje de sua residência.

Ora, a declaração da nora e o fato do seu filho ter escondido a arma não são suficientes para concluir que o paciente é uma pessoa perigosa e descontrolada que precisa ser segregada cautelarmente a fim de que não obste a aplicação da lei penal. Nesse mesmo sentido entendeu a Douta Procuradora de Justiça que, em seu parecer, explanou que *"Analisando os relatos trazidos por Tassia Danielle Dantas, nora com a qual o paciente havia se desentendido, nota-se que a testemunha tenta minimizar a*

dad

participação daquele no evento criminoso objeto dos presentes autos, o que poderia ser entendido como uma composição familiar da discussão acontecida entre ambos, o que afastaria, em tese, a manutenção da prisão preventiva sob a alegação de garantia da ordem pública. Assim, analisando os documentos trazidos aos autos não vislumbro a existência de indícios suficientes dos requisitos exigidos no artigo 312, do Código de Processo Penal".



Impende ainda registrar que a opinião da Douta Procuradora corrobora o entendimento já perfilhado pela Ilustre Promotora que, na própria denúncia, juntada às fls. 06/08, requereu a concessão de liberdade ao denunciado mediante o pagamento de fiança.

007

Além do mais, saliente-se que as circunstâncias pessoais favoráveis do paciente, a exemplo de residência fixa, primariedade e bons antecedentes, não autorizam, por si só, eventual direito à concessão de liberdade provisória, porém, tais circunstâncias devem ser devidamente valoradas quando não restar demonstrada a presença de requisitos que autorizem a medida cautelar.

Por fim, vale ainda frisar que, na hipótese em tela, a segregação preventiva do paciente pode tornar-se mais gravosa do que a própria pena aplicada em eventual condenação, uma vez o delito atribuído ao paciente, qual seja, disparo de arma de fogo, tem por pena máxima 04 (quatro) anos de reclusão, havendo, portanto, a possibilidade da reprimenda ser cumprida em regime aberto ou substituída por pena restritiva de direitos.

Sendo assim, concluo que o paciente preenche os requisitos para poder responder ao processo em liberdade, não se justificando sua segregação cautelar, já que ele não oferece nenhum risco para a aplicação da lei penal e nem para a ordem pública ou ordem econômica, bem como para a conveniência da instrução criminal.

Diante de todo o exposto e em consonância com o parecer da Douta Procuradora de Justiça, **meu voto é pela concessão da ordem**, determinando a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente, se por outro motivo não estiver preso.

**É COMO VOTO.**

---

\_\_\_\_\_dad